

DA ÓTICA DA SOLIDARIEDADE À LÓGICA DO MERCADO: AS ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Alda Maria Duarte Araújo Castro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
alda@ufrnet.br

Resumo: O ensino superior desponta na atualidade, como central no mundo globalizado. Entre as tendências globais para campo, destaca-se a internacionalização, entendida como uma forma de permitir o intercâmbio entre os países. O trabalho, um estudo bibliográfico e documental, analisa como vem se constituindo a internacionalização no ensino superior, na perspectiva da solidariedade, defendida pela UNESCO, e na tendência mercantilista, defendida pela Organização Mundial do Comércio. Evidencia a prioridade à lógica do mercado e que a internacionalização como integração solidária entre as instituições não se adequa ao fenômeno da globalização, que se estende às expensas da autonomia dos estados nacionais.

Palavras-chave: ensino superior; internacionalização; organismos multilaterais

DA ÓTICA DA SOLIDARIEDADE À LÓGICA DO MERCADO: AS ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O processo de mudança socioeconômico, cultural e tecnológico provocou novas necessidades formativas para o ensino superior, que hoje tem a difícil tarefa de preparar para um mundo globalizado, sem fronteiras e centrado no conhecimento. Neste cenário, novas diretrizes estão postas para o ensino superior elaboradas por políticas nacionais e supranacionais, nas quais os organismos internacionais desempenharam um papel importante na sua disseminação em âmbito global.

Entre as atuais tendências que se apresentam como centrais, nas discussões e debates no mundo globalizado, destaca-se a internacionalização, concebida de forma ampliada, para além da cooperação técnica, mas, como a inserção de uma dimensão internacional ou intercultural em todos os aspectos da educação e da pesquisa.

O presente trabalho, um estudo bibliográfico e documental, objetiva analisar a importância da educação superior em contextos de globalização, ressaltando a tendência da internacionalização e a sua constituição sobre diferentes perspectivas. A visão da solidariedade, defendida pela UNESCO, na qual se evidencia uma dimensão mais progressista de justiça e equidade social, e a tendência defendida pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que vê na internacionalização a possibilidade, de mercantilização da educação. Os estudos evidenciam que apesar da defesa pela ética e solidariedade entre as nações no campo educacional, ser a tônica das principais diretrizes dos documentos da UNESCO (1998 e 2009), a ideia de internacionalização que tem se sobressaído, tem privilegiado o campo econômico e a ótica da competitividade entre as nações.

1. Globalização e conhecimento: implicações para o ensino superior

As transformações mundiais que atingiram as diferentes dimensões da sociedade contemporânea, pressupõem um aprofundamento das trocas transnacionais de informação, mercadorias e capital, de forma a quebrar barreiras de cunho técnico, político ou legal, entre as nações. Essas mudanças foram associadas em escala mundial ao processo de globalização, que se apresenta como um conceito abrangente, diverso e que induz a diferenciadas perspectivas de análises. Na atualidade, alguns autores, chamam atenção para os impactos provocados pela globalização nas culturas locais e de diferentes países, no entanto, são os efeitos sociais e políticos do fenômeno que mais têm sido revelados pela literatura crítica. Segundo Ferreira (2005) isso ocorre, porque, nessa perspectiva, a análise do impacto da globalização, se dá nos estados de bem-estar-social, na democracia e nas políticas públicas, principalmente nas políticas sociais, e aí reside um dos maiores paradoxos da globalização, pois os problemas são globais e as suas conseqüências sociais e políticas se concentram, sobretudo, nos Estados e nas sociedades nacionais e locais, com repercussões nem sempre positiva para a população.

O conceito de globalização corrobora, ainda, com a organização de instituições internacionais e com o desenvolvimento de blocos comerciais. Nesse sentido, a globalização configura uma expropriação do Estado, no qual os governos têm se isentado da responsabilidade por tudo de negativo que acontece na economia, transferindo essa responsabilidade para o âmbito das forças supranacionais fora do seu controle. No entendimento de Antunes (2008, p.14-15) esse cenário estaria associado com novas formas de atuação do estado, entre elas: a) Estado de competição, cujas prioridades se orientam para a atuação em instâncias supranacionais e para a intervenção no nível nacional de modo a promover a competitividade de sua economia e a expandir as oportunidades de acumulação; b) Estado-articulador, voltado para a criação de condições de mediação dos interesses sociais, sob novas fórmulas e arranjos institucionais de que não é o único e nem o principal protagonista; c) Estado-em-rede, enquanto articulação de segmentos do Estado que asseguram a intervenção em áreas da vida social cujo controle escapa às fronteiras da soberania nacional.

Percebe-se dessa forma, que o processo de globalização tem provocado mudanças nas relações sociais e político-institucionais. Segundo Ferreira (2005), ao analisar os impactos da globalização, as perspectivas podem ser agrupadas em duas categorias, aquelas que consideram a globalização como um fenômeno apologético ou aquelas que a consideram como um fenômeno apocalíptico. No primeiro caso, os defensores pretendem dar conta das suas potencialidades e oportunidades, principalmente quando se considera o avanço tecnológico, da “nova economia”, da mobilidade das pessoas, do acesso aos produtos mais baratos, entre outros. A retórica apocalíptica denuncia os perigos e as conseqüências negativas, em termos políticos, econômicos e sociais. As dualidades oriundas do processo de globalização são também consideradas por Burbule e Torres (2004, p. 18), quando assim se posicionam:

Certas dualidades são recorrentes na literatura a respeito desse tema. Em uma distinção de influência ampla, existem duas forças principais em operação na ascensão da

globalização: a globalização de cima para baixo, um processo que afeta principalmente as elites dentro e através de contextos nacionais, e a globalização de baixo para cima, um processo popular que fundamentalmente emerge da base da sociedade civil. Este contraste ressalta uma importante dinâmica política [...], mas o seu uso disseminado obscurece as formas pelas quais essas duas tendências não são inteiramente independentes uma da outra (BURBULE; TORRES, 2004, p. 18).

Outro autor que também evidencia o fenômeno dual da globalização é Boaventura de Souza Santos (1997, p. 14), que define a globalização como “um processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo desenvolvendo a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival” e contribuindo para a constituição de uma “trama de globalismos localizados e localismos globalizados”. Nesse sentido, o autor considera que é necessário compreender a relação que se estabelece entre as diversas formas de globalização, a hegemônica, levado a cabo pelos grupos sociais dominantes e a globalização contra-hegemônica, levado a cabo por grupos sociais dominados e subordinados e cujo poder nas relações sociais é muito pouco. No entendimento, do autor o processo de globalização, tem servido para aumentar as distâncias entre os países ricos e países pobres e entre as pessoas dentro dos próprios países.

As ambigüidades expressivas reveladas ao tentar caracterizar o conceito de globalização, permitem observar que o seu impacto e o seu significado podem apresentar-se de diferentes formas em diversas partes do mundo, inclusive no que se refere aos efeitos provocados, e que seu maior ou menor grau de repercussão, depende do contexto social no qual se realiza. Dessa forma, é possível considerar que a globalização não é um fenômeno unificado nem global, mas que apresenta múltiplas particularidades, também não é um fenômeno novo, pois pode ser associada às primeiras iniciativas de comercialização, às trocas de mercadoria, enfim à história da humanidade. Trata-se, pois, de uma longa tradição que tem se revelado em vários e particulares momentos do último milênio.

O processo de globalização se amplia a partir da mundialização crescente da atividade econômica, da recente revolução das informações e das comunicações. Na atualidade a consolidação desse processo exige, conseqüentemente, a aplicação e a produção de conhecimentos e de informações cuja base científica tem uma importância crescente. Estabelecendo uma relação entre o conhecimento e desenvolvimento econômico, Carnoy (1995, p. 127) faz o seguinte pronunciamento;

não se trata de um fenômeno de todo novo, porque os conhecimentos nunca deixaram de ser um fator de primeira ordem na organização e no fomento do desenvolvimento econômico. Porém, ao ir aumentando a complexidade das economias, o consumo se diversifica, a competência, os conhecimentos e as informações se revestem de uma função cada vez mais importante nos processos de produção (tradução nossa).

Considerando, a importância crescente do conhecimento para a expansão do capital, o processo que subjaz à globalização tem afetado diretamente, as políticas educacionais,

principalmente por sua estreita relação com a preparação para o mercado de trabalho. Na atualidade, há uma crescente exigência de qualificação para o trabalho, o que faz crescer a importância da educação, tornando-a uma das principais formas que os países têm de participar, cada vez mais, do mercado competitivo. Em um contexto como este, a educação adquire um grande papel instrumental e faz aumentar a demanda de acesso ao nível superior da educação, o que exige tanto dos países desenvolvidos quanto em desenvolvimento a reestruturação dos sistemas educacionais existentes para ampliar a sua capacidade de atendimento.

O significativo mérito conferido ao conhecimento como fator fundamental de desenvolvimento econômico e de unidade da diversidade, guarda procedência na busca pela consolidação das requeridas mudanças no contexto sociopolítico e econômico atual. A geração de um sistema global de conhecimento demonstra a necessidade de que os países em desenvolvimento agreguem-se a ele buscando superar a condição de retardatários no que se refere à produção do conhecimento. As instituições de ensino superior constituem-se em um espaço de construção e de acesso ao conhecimento avançado, implicando, pois, em um instrumento para promoção da cultura, da geração de novos conhecimentos e de atualização permanente. Essas instituições tornam-se protagonistas exercendo um papel prevalente tendo em vista o desenvolvimento e a unidade das nações garantindo a cooperação fundamentada na solidariedade e no respeito às peculiaridades de cada povo.

O reconhecimento da centralidade do conhecimento e da importância da formação humana para a melhoria do desenvolvimento econômico dos países faz ressuscitar antigas teses, como a do capital humano, e passa a existir uma crescente exigência de qualificação para o mercado de trabalho. Tendo como pressuposto a Teoria do Capital Humano, nos últimos anos, os governos passaram a entender que face à crescente circulação de capitais, bens e idéias, a nova divisão internacional do trabalho e a exigência de melhor qualificação da força de trabalho, a educação deveria ser encarada como fundamental para as políticas de desenvolvimento econômico e político das nações, dessa forma há um deslocamento do eixo do papel da educação, na igualdade de oportunidades sociais e na formação para a cidadania, para uma maior articulação entre educação e economia nacional, a competitividade econômica.

Na lógica neoliberal que se instalou observamos que há um desiderato em relação aos países pobres, estes devem utilizar os mesmos critérios de rentabilidade econômica que vigora nos países ricos, e deverão se adequar aos parâmetros mundiais de mercado. Assim, as políticas econômicas advindas das instituições financeiras internacionais ditam as regras a serem seguidas tanto na economia como nos sistemas educacionais. Com a influência forte do aspecto econômico na educação, o conhecimento passa a ser entendido como mercadoria, fator de produtividade econômica.

A centralidade da educação para o desenvolvimento produtivo assume, hoje, considerável domínio, no sentido de estabelecer um maior poder de decisão, dada a valorização crescente da inovação e do conhecimento no processo econômico. Dessa forma, pode-se observar que, considerando a dimensão prática e instrumental, o processo de abertura global

concorre para que as sociedades tornem-se cada vez mais subordinada a sua competitividade externa, esta, condicionada à incorporação do conhecimento ao sistema produtivo.

Esse também é o entendimento de Seixas (2003), para quem a globalização econômica explica, por conseguinte, a crescente centralidade dos sistemas de ensino superior para as estratégias nacionais no mercado global, principalmente dos países industrializados mais avançados, pois aumenta a competição internacional e a necessidade de investir em novas tecnologias.

Em decorrência dessas exigências, as instituições de ensino superior, particularmente as universidades, buscam a ampliação de seu espaço de modo a adequar-se ao cenário que ora se apresenta. Tal fato advém da necessidade dessas instituições funcionarem competindo em condições de igualdade tanto em âmbito nacional quanto na esfera internacional. É preciso, portanto, que estas instituições tornem-se preparadas para atender as desafiadoras demandas, originadas pela mundialização sociopolítica, econômica e cultural, revisando e atualizando as suas formas de conduzir as suas estratégias de atuação, para possibilitar que seus egressos adquiram competências essenciais, acadêmicas e profissionais que lhe permitam interagir numa sociedade cada vez multicultural e internacional em constante transformação.

2. Estratégias de Internacionalização para a educação superior

O processo de internacionalização da educação superior não é um fenômeno inédito na história da educação, já em 1945 ele despontava na Europa como uma necessidade da reconstrução dos países destruídos pela Segunda Guerra Mundial e tinha como objetivo a assistência técnica para o desenvolvimento a partir de acordos culturais e científicos, mobilidade estudantil e bolsas de capacitação (WIT, 2008).

Na atualidade, com o aumento do acesso à informação, com a necessidade de inserção dos países na sociedade do conhecimento, com a redução de custos de formação e com um melhor aproveitamento da infra-estrutura de comunicação, é conferida à internacionalização, uma nova configuração. No contexto globalizado, a educação em nível superior, na medida em que cumpre a função de produtora e propagadora de conhecimentos, é vital para o crescimento de países denominados desenvolvidos quanto para os países em desenvolvimento. Participam desse processo organizações acadêmicas vinculadas ou não a domínio governamental, por meio de programas e tendo em vista ressaltar as potencialidades positivas da globalização.

Entendida como um procedimento de inclusão da dimensão internacional da educação e da pesquisa, a internacionalização é compreendida sob diferentes aspectos, como também é definida por uma múltipla terminologia, isto é, apresenta-se a partir de uma diversidade termos tais como dimensão internacional, educação internacional, internacionalização da educação superior.

Além da terminologia já referida, ainda é possível encontrar na literatura pertinente formas como educação internacional, cooperação internacional, educação transnacional, educação através das fronteiras, educação sem fronteiras. Contudo, a despeito da terminologia usada,

o processo de internacionalização da educação superior, adjunto ao processo de globalização requer novas competências de cunho internacional, criando, portanto, uma série de demandas para as instituições de educação superior. Nessa perspectiva, Siufi (2008) aponta atividades realizadas entre e por instituições universitárias, que através de múltiplas modalidades, implicam uma associação e colaboração no âmbito da política e da gestão institucional e que impulsionam a internacionalização, entre elas: a mobilidade e intercâmbio de estudantes e professores; a colaboração para o ensino e a investigação; a qualidade acadêmica; a cooperação e assistência para o desenvolvimento; o desenvolvimento curricular; a diversificação das fontes de ingressos e o aumento de transferência do conhecimento científico e tecnológico.

Percebida como um conceito de grande magnitude, abrangendo, além da cooperação internacional no sentido geográfico da atividade, alterações internas nas organizações no que se refere aos programas de mobilidade de professores e alunos, franquias de cursos, educação *on line*, estudos internacionais, entre outros, cria, desse modo, novas demandas para as IES. A internacionalização da educação superior configura-se, dessa forma, com uma das tendências que tem despertado um extraordinário interesse dos diversos países na década de 1990, pois nesse esquema, a educação em seus vários níveis e modalidades passa a ser um serviço internacional possível de ser comercializado como um bem de mercado.

2.1 As diretrizes para a internacionalização do ensino superior: a visão da UNESCO

O entendimento de que o conhecimento é fundamental para o desenvolvimento das sociedades capitalistas atuais, e a compreensão de que uma forte economia baseada no conhecimento, não reside apenas no acesso das pessoas à informação, mas também no grau em que elas conseguem processar essa informação, tem levado os países a repensarem seus sistemas de ensino superior.

A ênfase no papel do ensino superior para o desenvolvimento dos países, também foi defendido na Conferência Mundial de Ensino Superior (CMES) organizada pela Unesco e realizada em outubro de 1998 (Paris). A Conferência ressaltou o espaço, o papel e a função desse nível de educação, buscando apreender a dinâmica de atuação dos fatores externos que determinam a dinamicidade de sua transformação e, por conseguinte, a conformação do seu desenvolvimento.

A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação (Paris, 1998) deixou claro em suas orientações, que sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. É ponto pacífico, também nas diretrizes da Conferência, que com as enormes dificuldades econômicas, sociais e políticas, que grassam os países em desenvolvimento e em transição, estes não teriam como vencer esse fosso com os seus próprios recursos sendo necessário, portanto, a ajuda e apoio internacional significativo. Abria-se assim, espaço para intensificar a discussão acerca da

internacionalização da área da educação superior, esta, entendida como uma das formas que a educação tem de reagir às possibilidades e desafios da globalização.

Ainda nas orientações provenientes da referida Conferência, está explicitado a necessidade de compartilhar o conhecimento, estabelecer a cooperação internacional e o entendimento de que as novas tecnologias podem oferecer oportunidades diferenciadas para reduzir esta disparidade, devendo ser utilizada pelos países em escala global. Com esse entendimento, a Unesco se comprometeu a desempenhar um papel decisivo na promoção da cooperação internacional no âmbito da educação superior, tendo como referência a solidariedade, o reconhecimento e o apoio mútuo, de modo que redunde em benefício para todos os países, ressaltando dessa forma o caráter de internacionalização das políticas educativas.

A orientação das diretrizes globais para o ensino superior no marco da Conferência sobre Educação Superior no Século XXI (1998) evidencia que, a dimensão da internacionalização deveria estar presente nos planos de estudo e nos processos ensino e aprendizagem devendo ser incluída como tema prioritário das agendas governamentais. Na visão da Conferência, bem como no entendimento da Unesco, há uma visão mais progressista de justiça e equidade social, nesse sentido, deve-se utilizar da cooperação entre os países para fomentar o bem estar social e fortalecer as capacidades nacionais. Entende-se, que as sociedades do conhecimento, são sociedades em redes que propiciam uma melhor tomada de consciência dos problemas mundiais, graças aos aproveitamentos compartilhados da investigação científica entre os países do Norte e do Sul. Nesse cenário, a criação de redes nos centros de conhecimento e o aproveitamento comum da informação pertinente pela comunidade acadêmica e científica devem abrir novas perspectivas no âmbito público do conhecimento.

A cooperação internacional, pela via interinstitucional, caracteriza-se, segundo Stallivieri (2004), por fundamentar-se em condições que, se levadas a cabo, resultariam numa real cooperação e, conseqüentemente, em benefícios entre os parceiros. Assim, considera condições relevantes nesse processo o reconhecimento dos atores que protagonizam a cooperação, seu comprometimento com os modos de cooperação, efetivo planejamento no intuito de precisar os objetivos, as atividades, os prazos de execução, os quais deverão ser rigorosamente cumpridos e, também, o processo de avaliação das ações propostas e realizadas.

Na atualidade, há uma mudança substancial no conceito de cooperação internacional, entendido inicialmente, como uma fonte de financiamento externa, hoje, passou para uma visão mais ampliada, na qual, a cooperação deve converter-se em um instrumento para a internacionalização dos sistemas de educação superior, com políticas mais ativas, priorizando temáticas e prioridades regionais, dessa forma, cada vez mais é vista como um meio para o desenvolvimento institucional, envolvendo atividades conjuntas entre as universidades e uma integração com fins mútuos.

Esse entendimento, também é encontrado nos documentos da Unesco (1998), para quem a internacionalização da educação superior, não deve se resumir apenas à cooperação internacional, estabelecida entre os países que perseguem um benefício comum e que não

conseguiriam de forma isolada atingir esse objetivo, mas deve ser vista também como a inserção de uma dimensão internacional ou intercultural em todos os aspectos da educação e da pesquisa. Essa é a concepção em geral adotada, uma vez que se traduz em um processo transformador no âmbito da educação superior, possibilitando, dessa forma, o enfrentamento das questões propostas por uma conjuntura política e socioeconômica complexa.

Posteriormente a Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009, intitulada “As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social, realizada pela (Unesco) em Paris, ratifica esses posicionamentos no que se refere à concepção de internacionalização. No item intitulado “Internacionalização, Regionalização e Globalização, reafirma que a Cooperação internacional na educação superior deve ser baseada na solidariedade e no respeito mútuo, além de na promoção de valores humanísticos e diálogo intercultural, apesar da crise mundial que se instala. Na visão do documento, as instituições de educação superior ao redor do mundo têm uma responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento, por meio da crescente transferência de conhecimentos cruzando fronteiras, especialmente nos países subdesenvolvidos, e trabalhando para encontrar soluções comuns para promover a circulação do saber. Como sugestões para esse enfrentamento aponta a formação de redes de universidades internacionais, as parcerias para pesquisa, e o intercâmbio de estudantes e profissionais para promoverem a cooperação internacional.

Consideramos, também, que a internacionalização, ainda em construção, no campo educacional, é um processo complexo por inserir-se em um amplo contexto das políticas públicas e, portanto, sem uma clara definição de seus objetivos. Entretanto, as universidades tornam-se protagonistas exercendo um papel preponderante, tendo em vista o desenvolvimento e a unidade das nações, garantindo a cooperação fundamentada na solidariedade e no respeito às peculiaridades de cada povo.

A dimensão internacional da educação superior, um fenômeno em constante crescimento, é um dos mais significativos processos ocorrido pós CMES. É, pois, um processo amplo que transcende as práticas comuns pertinentes à cooperação internacional e, caracteriza-se, ainda, como um instrumento que autoriza à educação superior enfrentar os desafios da globalização.

2.2 Internacionalização da educação superior: na perspectiva do mercado

No atual cenário de globalização, a internacionalização da educação também aparece com uma nova perspectiva, o entendimento de que a educação é um serviço, e que deve ser vista como uma mercadoria, devendo, portanto ser regulada pelo mercado. Essa concepção, faz a educação perder a sua dimensão de direito humano, universal e, portanto, de responsabilidade do Estado. Nessa perspectiva, a Organização Mundial de Comércio (OMC), em 1995, no âmbito do Acordo Geral de Comércio de Serviços, apresentou uma proposta de inclusão da educação como serviços. Segundo Silva; Gonzalez; Brugier (2008, p. 91), foram estabelecidos pela OMC quatro campos em que se poderia proceder a internacionalização dos serviços: a) oferta transfronteiriça (o serviço cruza a fronteira, saindo para um país para ser consumido

em outro, nessa categoria estariam incluídos qualquer tipo de curso a distância e franquias de cursos); b) consumo no exterior (o consumidor cruza a fronteira. Representa a forma mais comum de comércio na educação, se configura por meio da educação no exterior); c) presença comercial (o fornecedor cruza a fronteira estabelecendo-se e investindo em país estrangeiro. No campo da educação isso acontece quando as universidades criam cursos ou instituições em países estrangeiros); e d) movimento temporário de pessoas físicas (o fornecedor cruza a fronteira na forma de um deslocamento de pessoas físicas. No campo da educação se configura como deslocamento de professores e outros profissionais da área de educação).

As determinações da OMC prevêm a exclusão de alguns serviços da negociação, desde que esses sejam serviços prestados exclusivamente pelo poder governamental, de forma não comercial e que não exista concorrente entre os provedores. Essa prerrogativa afasta a educação dessa categoria uma vez que em todos os sistemas educativos do mundo coexistem escolas públicas e privadas. Na sua ótica a educação seria dividida em cinco categorias de serviço: educação primária, secundária, superior, educação de adultos e outros serviços, entendidos como qualquer serviço educacional não mencionado, com exceção de lazer.

Com essa intenção, países desenvolvidos e os organismos internacionais, comprometidos com a lógica do mercado, orientam as diretrizes das reformas educacionais para o ensino superior. Pode-se dizer que internacionalização, emerge das necessidades das instâncias econômicas e políticas e não das necessidades dos espaços universitários. A formação de blocos econômicos passou a exigir também um espaço comum de educação, no qual fosse possível a livre circulação de serviços e capitais educacionais, o que requereu a necessidade de compatibilizar as qualificações, os sistemas educativos e a criação de padrões educacionais equivalentes.

O fenômeno da internacionalização pela ótica do mercado segundo Lima e Maranhão (2009) possibilita que os países se insiram nessa lógica de forma diferenciada, o que as autoras denominam de internacionalização ativa e passiva. Enquanto a inserção internacional do setor educacional, existentes nos países centrais se manifesta de forma ativa, isto é com a implantação de políticas de Estado voltadas para atrair divisas resultantes da imposição de taxas de inscrição e anuidades, de despesas que os estudantes precisam arcar com a oferta de serviços educacionais no exterior; com a exportação de programas e instalação de instituições ou *campi* no exterior, na outra ponta, encontram-se os países periféricos que participam da internacionalização de forma passiva, tanto pela necessidade que têm de investir na formação de uma elite intelectual capaz de influir sobre o processo de modernização dos países, quanto por possuírem uma capacidade limitada de oferecerem serviços educacionais no exterior. Nesse contexto, os desequilíbrios regionais se alargam na medida em que se estabelece um flagrante descompasso entre as vantagens conquistadas entre os países centrais e periféricos com o processo de internacionalização.

Os países reconhecidos pela capacidade de atração e acolhimento de acadêmicos, além de capitalizar recursos financeiros diretos e indiretos, contribuem segundo, Lima e Maranhão

(2009), para: a) ampliar a rede mundial de influência cultural e política; b) selecionar os melhores cérebros; c) beneficiar-se de mão-de-obra qualificada; d) promover transferência de tecnologias; e) criar ambiente de aprendizagem de caráter multicultural; f) renovar a pesquisa e resistir à fuga de cérebros; g) além de enfrentar a imigração não controlada.

Portanto, os países com essa capacidade de gerar renda com o processo de internacionalização dificilmente a realizarão por processos de integração, de solidariedade ou de cooperação internacional como defendida pelo Unesco, sobressaindo-se portanto, a lógica do mercado. O processo de internacionalização da educação superior encontra-se em plena expansão. Até o início da década de 1990 a matrícula de estudantes internacionais concentrava-se em programas de pós-graduação *stricto sensu*, a partir de 1995, esse quadro vem se modificando e atualmente a preocupação em investir em educação internacional é cada vez mais precoce principalmente, entre os estratos socioeconômicos mais favorecidos.

Outro aspecto a considerar diz respeito ao fato de que a internacionalização, também, ocorre pela ocupação do espaço nacional da educação superior, nomeadamente nos países em desenvolvimento, por agentes (IES) externos. A América Latina, por exemplo, tem se configurado como um mercado atraente à prestação internacional de educação superior o que se comprova pela quantidade e diversidade de conexões estabelecidas por fornecedores internacionais e regionais, tanto na esfera pública quanto na esfera privada com o predomínio na última. Para Aupetit (2004, p. 21) vários fatores contribuem para esse processo,

A falta de programas nas instituições tradicionais e outros provedores locais, a inexistência de normas e regulações por parte do estado na maioria dos países em desenvolvimento, representa um “mercado” para a expansão da indústria do educação superior dos Estados Unidos e outros países desenvolvidos. As políticas neoliberais para o desenvolvimento do capital humano intelectual para atrair investimentos e criar empregos em alguns setores vinculados à economia do conhecimento com proteção global, promovem um cenário tendencial à internacionalização e paralelamente aceleram a comercialização da educação superior transnacional (tradução nossa).

Esse cenário, favorece par que a região se insira no processo de globalização de forma passiva. Essa situação é comprovada também por Lima e Maranhão (2009), para as autoras apesar da América Latina dispor de nove (09) universidades bem pontuadas na classificação internacional, a sua capacidade de atração de estudantes internacionais é a mais baixa entre as diversas macro-regiões do globo. As análises feitas pelas autoras revelam que o sistema de educação superior ainda não alcançou maturidade e que os países ainda não dispõem de política capaz de estimular a internacionalização ativa.

A falta de infra-estrutura dos países periféricos e a pouca atratividade para os estudantes estrangeiros, possibilita que um grupo de países, com um sistema educacional consolidado domine o mercado por serviços educacionais no mundo. Segundo dados da Unesco (2005) os países que mais têm recebido estudantes estrangeiros foram os Estados Unidos (590.128 estudantes); o

Reino Unido com (318.399 estudantes); a Alemanha (259.797 estudantes); a França (236.518 estudantes); a Austrália (207.264 estudantes); e o Canadá (132.982 estudantes).

Com vistas a competir por esse mercado internacional, uma das primeiras iniciativas, no sentido de criar um espaço educacional comum e revitalizar a educação superior foi feita pela Comunidade Européia. Tendo como pressuposto, o atendimento aos requisitos de uma sociedade em mudança, os ministros de Educação de França, Alemanha, Itália e Reino Unido, reunidos no ano de 1998 em Paris, assinaram a “Declaração de Sorbonne” nesse momento já se projetava a construção de um Espaço Europeu de Ensino Superior. Em 1999, outro importante documento, a Declaração de Bolonha é assinada por 29 ministros de educação europeus, tanto os da União Européia quanto os de outros países da Europa, intensificando o processo de renovação da educação superior, marco importante das políticas de internacionalização. A Declaração de Bolonha apresentava o objetivo claro de estabelecer um Espaço Europeu de Ensino Superior, que fosse coerente, compatível, competitivo e atrativo para estudantes europeus e de países terceiros.

Analisando o Processo de Bolonha, e a forma como o mesmo foi instituído, Antunes (2009) admite que, estamos diante de uma forma inovadora de fazer políticas educativas, em que os governos definem os compromissos em fóruns supranacionais, ratificados pelas instituições nacionais, que em caráter voluntário, dão adesão legítima a ausência de processos institucionalizados. O Processo de Bolonha visa aumentar a produtividade e a atratividade, porém, associando a isso práticas de aprendizagem contínua e a superação de entraves burocráticos.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que as reflexões e avaliações em torno dos processos ora implementados na Europa com o intuito de expandir e dar maior qualidade a educação de nível superior, têm colocado como prioridade o caráter econômico desses processos. Essas iniciativas reforçam o caráter de elitização da educação superior, pois, a educação internacional ainda permanece uma experiência acessível a poucos em vista do investimento requerido para a sua realização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização nas sociedades contemporâneas e as novas necessidades produtivas fizeram emergir a centralidade da educação e do conhecimento como vetores do desenvolvimento e da competitividade entre os países, o que induziu as políticas públicas e as propostas de reformas a serem orientadas por diferentes formas de pensar o estado e a sociedade. Consta-se que nas atuais sociedades do conhecimento há um paradoxo que se estabelece ao tempo em que se reconhece a centralidade da educação e que deveria ser considerada como um bem público e as políticas adotadas para o campo que priorizam estratégias que beneficiam o mercado, reduzindo os cidadãos a situação de consumidores, em um contexto de exclusão e polarização social crescente.

No conjunto de elaboração e de decisão das políticas públicas para o campo da educação superior a internacionalização conquistou um significativo espaço, de modo a suscitar expressivos

e polêmicos debates quanto a sua natureza, causas e conseqüências, com repercussões nos campos econômicos, políticos e culturais para a educação superior.

É preciso entender que a internacionalização não ocorre de forma isolada, ela pressupõe cooperação em todas as suas formas; científica, tecnológica, acadêmica, e em seus diferentes níveis, o que significa que nem todas as instituições se inserem no processo nas mesmas condições de igualdade, essa constatação pode aprofundar cada vez mais as distâncias, entre as instituições de excelência, que se voltam para a pesquisa, com financiamento garantido e as instituições que se voltam essencialmente para o ensino, tornando-se assim instrumentais e sem condições de competir no mercado educacional.

A proposta de internacionalização pela via da comercialização defende a idéia de que as necessidades dos cidadãos seriam supridas de forma mais eficiente pelas as instituições privadas, em razão dos mecanismos de mercado. O setor privado incentivaria a competição e diminuiria a burocracia e a inércia supostamente do setor público, essa é uma lógica que conflita com a concepção da educação como direito e como necessidade intrínseca do indivíduo, direito universal e fundamental para desenvolvimento da cidadania.

Ao analisar as concepções de internacionalização, presentes nas políticas educacionais, alertamos para o fato de que a idéia de cooperação entendida como integração fraterna entre as instituições de ensino superior não se adéquam às definições de globalização como um fenômeno, que se estende às expensas da diversidade, da autonomia dos estados nacionais, da identidade e das culturas. A globalização na sua maioria das vezes conclama a uma idéia de um processo de conformação de um único mundo em escala planetária, onde a eficácia individual e a competência do mercado são os motores do progresso e do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Fátima. **A nova ordem educacional**: espaço europeu de educação e aprendizagem ao longo da vida. Coimbra: Almedina, (2008).
- AUPETIT, Sylvie Didou. **Internacionalización y proveedores externos de educación superior en los países de américa latina y en el Caribe**. Departamento de Investigaciones Educativas Centro de Investigación y de Estudios Avanzados (DIE/CINVESTAV) MÉXICO, marzo 2005. Disponível em <www.iesalc.unesco.org.ve> Acesso em 26 de outubro de 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Educação superior: reforma, mudança e internacionalização. **Anais**. Brasília: UNESCO/Brasil, SESU, 2003.
- BURBULE; Nicholas C; TORRES, Carlos Alberto (Orgs.). **Globalização e educação**: perspectivas críticas. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.
- CARNOY, Martin. El ajuste estructural y la evolución del mundo de la enseñanza. **Revista Internacional del Trabajo**, Ginebra, v. 114, n. 6, p. 727-752, 1995.
- FERREIRA, Fernando Ilídio. **O local em educação**: animação, gestão e parceria. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Revista de Avaliação da Educação Superior**. Campinas, São Paulo. v. 14,n.3, p.583-610, Nov. 2009.

SEIXAS, Ana Maria Magalhães. **Políticas educativas e ensino superior em Portugal: a inevitável presença do Estado**. Coimbra: Quarteto, (2003)

SILVA, Crosso Camila; GONZALEZ, Marina; BRUGIER, Yana Scavone. OMC em foco: a comercialização da educação na América Latina. In: HADDAD, Sérgio (Org). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

SIUFI, Gabriela. **Cooperación internacional y internacionalización de la educación superior**. Disponível em: <<http://www.cres2008.org>>. Acesso em 10 de outubro de 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, Portugal. n. 8, p. 11-32, 1997.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

UNESCO. **Declaração da Conferência Mundial de Ensino Superior no século XXI: Visão e Ação**. Disponível em <<http://www.preal.cl>> Acesso em 22 de novembro de 2009.

_____. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social**. Disponível em <<http://www.preal.cl>> Acesso em 24 de novembro de 2010.

WIT, Hans. **América Latina y Europa ante el fenómeno de la internacionalización**. Buenos Aires, 2004.